Faculdade
de Ciências Econômicas
UFRGS

análise econômica

nesta edição:

- “TEORIA GERAL” DE
KEYNES
Nuno Renan L. de F. Pinto
- PROBABILIDADE E
INCERTEZA EM KEYNES
Carlos Augusto Crusius
- KEYNES E SCHUMPETER:
UM COTEJO
Eugênio Miguel Cánepa
- ESTADO E TEORIA
ECONÔMICA
Gentil Corazza
- KEYNES, O INVESTIDOR
David C. Garlow
- FRIEDMAN E A “TEORIA
GERAL”
Hélio Henkin

ano 1

nº 2

DIRETOR DA FACULDADE DE CIENCIAS ECONOMICAS:

Prof. Antônio Carlos Santos Rosa

VICE-DIRETOR: Prof. Nelson Rokembach

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS:

Prof. Renato Batista Masina

CONSELHO EDITORIAL: Prof. Pedro Cezar Dutra Fonseca (Presidente)

Prof. Achyles Barcelos da Costa

Prof. Carlos Augusto Crusius

Prof. Claudio Francisco Accurso

Prof. Edgar Augusto Lanzer

Prof. Ernani Hickmann

Prof. Nali de Jesus de Souza

Prof. Nuno Renan L. de Figueiredo Pinto

Prof^a Otilia Beatriz Kroeff Carrion

Prof. Roberto Camps Moraes

Prof^a Yeda Rorato Crusius

ANÁLISE ECONÔMICA é uma publicação semestral da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, visando divulgar estudos e pesquisas de seu corpo docente e discente na área de Economia. Aceitam-se, entretanto, artigos e resenhas bibliográficas de economistas e técnicos não vinculados à Instituição. As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. É permitida a reprodução parcial para fins didáticos.

Toda a correspondência, material para publicação, assinaturas e permutas devem ser dirigidas a:

Prof. PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

Revista Análise Econômica

Avenida João Pessoa, 52 – 3º andar

90.000 – Porto Alegre (RS) – Brasil

KEYNES E SCHUMPETER: UM COTEJO

*Eugenio Miguel Cánepa **

Esta observação nos dá a oportunidade de enunciar a tarefa principal das ciências sociais teóricas. Ela consiste em determinar as repercussões sociais não intencionais das ações humanas intencionais.

Karl Popper
Conjeturas e Refutações

Entre o "homo oeconomicus" racional e o homem manipulado da sociologia modernista, parece que o paradigma mais habitualmente eficaz é o do homem intencional. Em todo caso, é o utilizado pelos sociólogos que resistiram ao desgaste do tempo. Não é preciso dizer que as intenções do agente social, em certos casos, podem ser incompreensíveis se ignorarmos seu passado. É evidente que essas intenções são geralmente incompreensíveis se não levarmos em conta as limitações estruturais que derivam de sua posição social. Mas destas evidências não resulta de modo algum que o comportamento do agente social seja determinado. Inteligível, sim. Determinado, não. A distinção é fundamental. Ela acarreta consequências consideráveis, tanto em questões de conteúdo, como de método.

Raymond Boudon
Efeitos Perversos e Ordem Social

A economia é uma ciência do pensar em termos de modelos aliada à arte de escolher modelos que sejam relevantes ao mundo que

Economista do Departamento de Economia do CIENTEC.

ANÁLISE ECONÔMICA	ANO I	Nº 2	NOV./1983	p. 27-45
-------------------	-------	------	-----------	----------

se tem à frente. Ela é compelida a ser assim porque, ao contrário da ciência natural típica, o material ao qual se aplica é, em demasiados aspectos, não homogêneo ao longo do tempo. O objetivo de um modelo é segregar os fatores semipermanentes ou relativamente constantes dos que são transitórios ou ocasionais de modo a desenvolver um modo de pensar lógico a respeito dos últimos e de compreender a sequência temporal a que eles dão origem em casos particulares.

Bons economistas são escassos porque o dom de usar a "observação vigilante" na escolha de bons modelos, embora não exija uma técnica intelectual altamente especializada, parece ser (um dom) muito escasso.

Em segundo lugar. . . a economia é essencialmente uma ciência moral e não uma ciência natural. Isto é, emprega a introspecção e juízos de valor.

J. M. Keynes

Trecho de uma carta a Roy Harrod

Dessa maneira, o mesmo processo econômico que solapa a posição da burguesia, ao reduzir a importância das funções dos empresários e dos capitalistas, as destruir as camadas e instituições protetoras e ao criar uma atmosfera de hostilidade, decompõe também, atuando de dentro, a própria força motriz do capitalismo.

J. A. Schumpeter

Capitalismo, Socialismo e Democracia

1.

A tarefa de comparar e fazer um balanço das contribuições destes dois gigantes do pensamento econômico, por ocasião do centenário do nascimento de ambos, pode ser concebida de duas maneiras.

Podemos, primeiramente, encará-la como um trabalho acadêmico, no melhor sentido que este termo possa ter. Ou seja, esquadriñar a vasta obra de Keynes e Schumpeter, rastrear as influências intelectuais que sobre eles se fizeram sentir, o ambiente cultural, social político e econômico em que atuaram, o tipo de problemas com que se defrontaram, as respostas que deram e, finalmente, tentar fazer um balanço disso tudo retratando os novos caminhos, bem como os becos sem saída, que os dois autores descortinaram para a Ciência Econômica.

Podemos, por outro lado, encarar o trabalho mais modestamente. . . como um depoimento. O depoimento de um economista profissional que, por dever de ofício, tomou contato direto com uma fração importante da obra desses dois autores, que teve de ler muito sobre eles — tanto de críticos como de discípulos — e que nesta ocasião, faz uma pausa, relê uma fração ainda menor de suas obras, e, à luz das mais recentes leituras, tanto de economia como de outras ciências sociais, resolve tentar por em ordem, estruturar de algum modo, as fortes impressões causadas pelos pensadores ora examinados.

Por questões de exigüidade de tempo, de penúria de nossas bibliotecas locais e, principalmente, pela limitação de fôlego deste comentarista, o primeiro tipo de tarefa — o trabalho acadêmico — está fora de cogitação. Mas o segundo — o depoimento — este sim está plenamente ao nosso alcance. É, portanto, neste sentido que deve ser lido o que se segue.

2.

O trabalho a que nos propomos visa a uma reflexão sobre Schumpeter e Keynes enquanto autores que pensaram o capitalismo contemporâneo de maneira ampla e original, contribuindo, por isso mesmo, com idéias que ultrapassam os estreitos limites da economia dos livros-texto.

A exposição é subdividida em três partes:

1. Primeiramente será feito um enquadramento epistemológico, tentando captar o tipo de teorização por eles realizado;
2. A seguir, será examinada a posição ética e política dos dois autores, procurando visualizar o seu posicionamento diante do mundo em que viveram e a relação entre esse posicionamento e o tipo de teorização realizado.
3. Finalmente, será feita uma breve análise de Keynes e Schumpeter enquanto professores. Esta análise, embora o seu caráter quase anedótico, servirá para esclarecer pontos abordados nos dois itens anteriores.

3a

Começemos, pois, pela parte epistemológica do nosso trabalho.

Esta tarefa, ao menos na aparência, afigura-se tremendamente facilitada pela proeminência — quase diríamos coqueluche — que a visão popperiana do método científico vem assumindo no campo das ciências sociais, em

geral, e da economia ortodoxa, em particular¹. Vale a pena, inclusive, mencionar exemplos deste crescente destaque fora do restrito círculo acadêmico. No início da década de 60, a obra de Estatística para Sociólogos, de H. B. Blalock². Anos depois, o livro "O Significado do Século XX" de K. E. Boulding³. No início de 70, o livro de A. Stinchcombe⁴. Finalmente, no fim dos anos 70, as obras de E. Silberberg⁵, I. Stewart⁶ e M. Blaug⁷ que praticamente sacramentam o padrão popperiano de ciência, ao menos no campo neoclássico. Especial menção merece a última obra citada, um livro que tem o "padrão Mark Blaug" de erudição e cujo tom pessimista nas conclusões sobre as realizações da ciência econômica não nos deve distrair de sua principal tese: o falsacionismo popperiano é o padrão pelo qual deve se nortear qualquer campo do conhecimento com pretensões a ciência.

Assim, com tão vasto arsenal de estudos metodológicos na linha popperiana, parece fácil o caminho a percorrer neste segmento do trabalho. No entanto, essa facilidade é mais aparente do que real. Pois, no meu entender, todas estas discussões metodológicas na área da economia — que têm destacado o falsacionismo popperiano como inerente ao método científico — embora verdadeiras e relevantes, têm também escamoteado um item importante. De fato, para Popper há nas ciências sociais algo mais do que falsacionismo — que é um procedimento de justificação de teorias, comum a todas as ciências. Há, segundo ele, incumbências especiais a serem cumpridas por tais ciências. Assim, lemos no ensaio "Previsão e Profecia nas Ciências Sociais":

"... a tarefa principal das ciências sociais teóricas... consiste em determinar as repercussões sociais não intencionais das ações humanas intencionais."⁸

Este ensaio, enganadoramente despretensioso, e que resume a potente visão anti-historicista de Popper em "Sociedade Aberta" e em "A Miséria do Historicismo", parece-me que não foi levado suficientemente a sério pe-

¹ POPPER, K. R.: A Lógica da Pesquisa Científica. SP, Cultrix, 1975.

² BLALOCK, H. B.: Estatística Social. México, FCE, 1966.

³ BOULDING, K. E.: O Significado do Século XX: A Grande Transição. RJ, Fundo de Cultura, 1966.

⁴ STINCHCOMBE, A.: La Construcción de Teorías Sociales. Bs. As., Nueva Visión, 1970. Cap. 2 e 3.

⁵ SILBERBERG, E.: The Structure of Economics — A Mathematical Analysis. N.Y., McGraw-Hill, 1978. Cap. 1.

⁶ STEWART, I.: Reasoning and Method in Economics. Maidenhead, McGraw-Hill (UK), 1979.

⁷ BLAUG, M.: Methodology of Economics — Or how economists explain. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1980.

⁸ Este ensaio é o Cap. 16 da obra "Conjeturas e Refutações" — Brasília, Ed. UnB, 1982 — pgs. 367-377.

los escritores de metodologia econômica. Inclusive, no caso de Blaug⁹, a definição acima foi analisada com complicações e ressalvas de tal ordem, que implicam, a meu ver, uma pura e simples rejeição. É claro que quem tenha lido o livro de K. E. Boulding já mencionado — “O Significado do Século XX” — poderia contra argumentar que esta obra preenche *todos* os requisitos popperianos, tanto no que tange aos métodos de justificação (falsacionismo), quanto ao tipo de teorização. Mas, a verdade é que o livro de Boulding é de teses específicas e não de metodologia. Além do mais, este autor é lamentavelmente desconhecido pela generalidade dos economistas. Assim, não passa de uma exceção, ainda que uma notável exceção. Por isso, continuo sustentando que, no terreno da metodologia, os economistas não apanharam a “deixa”. Com isso, a meu ver, perderam o rumo certo e se embrenharam, inclusive, por verdadeiros descaminhos — como, por exemplo, a famigerada “controvérsia dos supostos”.

3b.

Porém, se esta “deixa” de Popper caiu no vazio entre os escritores de metodologia econômica, não ocorreu o mesmo em outros campos das ciências sociais. Um conceituado cientista social e epistemólogo francês, Raymond Boudon, resolveu “encarar” a sugestão e o resultado disso foi um notável ensaio metodológico, que leva o sugestivo nome de “Determinismos Sociais e Liberdade Individual”, o qual, por sua vez, é o capítulo de encerramento e reflexão de uma obra maior intitulada “Efeitos Perversos e Ordem Social”¹⁰. Sou de opinião que todo profissional da área das ciências sociais deveria ler este trabalho, cuja fertilidade de idéias dificilmente pode ser exagerada. A partir de agora, vamos nos servir muito dele.

Primeiramente, Boudon define dois grandes tipos de modelos, que eles chama de “paradigmas”: deterministas e interacionistas. Define os modelos deterministas como aqueles que fazem afirmações do tipo “Se A (anterior a B), então B”. E designa por interacionistas os modelos que incluem “enunciados sobre a representação pelo sujeito de estados de coisas concebidos por ele como podendo resultar de seus atos”¹¹.

Felizmente, antes de mergulhar na exemplificação e discussão detalhada, o autor se dá ao trabalho de construir 2 exemplos didáticos e hipo-

⁹ Blaug, pp. cit., pgs. 46-52.

¹⁰ BOUDON, R.: Efeitos Perversos e Ordem Social, RJ, Zahar, 1979. Cap. VII (pgs. 175-232)

¹¹ Boudon, op. cit. pg. 255.

téticos que esclarecem meridianamente suas definições. Os exemplos são calcados em possíveis notícias de jornal. O primeiro exemplo é o seguinte:

"1. O Sr. X, um industrial importante que, segundo testemunhas, parecia bastante alto quando deixou o restaurante depois de um almoço de negócios, bateu com seu carro numa árvore" (os jornais).¹²

Segundo Boudon, neste relato está implícito um modelo determinista. Diz ele:

"...o comportamento do motorista, que levaria ao acidente, é explicado pelo jornalista através de um modelo de tipo causal: esse comportamento foi devido ao estado de embriaguez do motorista que, sem dúvida, perdeu o controle dos seus reflexos. Quanto ao estado de embriaguez em si, nada há de surpreendente: os almoços de negócios são conhecidos por sua fartura. Assim, a explicação do acidente é obtida estabelecendo-se uma relação entre o acidente e os estados que o precederam: o motorista era um industrial importante. Isso explica que ele tenha participado de um almoço de negócios. Essa circunstância, por sua vez, tornava provável um excesso de consumo de bebidas alcoólicas, que tem como consequência amortecer os reflexos e aumentar a probabilidade de acidentes."^{13 14}

O segundo exemplo é o seguinte:

"2. Os dois automobilistas, que tinham entrado face a face na pista central da estrada de três pistas, fizeram, segundo testemunhas, vários sinais com o farol. O choque frontal não pode ser evitado". (os jornais)¹⁵

Conforme o autor, temos aqui um típico modelo interacionista:

"...a análise implícita do jornalista é completamente diferente. Os dois motoristas têm, sem dúvida, um emprego, mas este não é evocado. Eles vêm, certamente, de algum lugar. Mas seu passado imediato não é mencionado. A análise do jornalista indica que, neste caso, o acidente deve-se, sem dúvida, ao fato de cada um dos dois motoristas ter tentado sair "ganhando" de um jogo estúpido, indicando com

¹² Boudon, op. cit., pg. 178.

¹³ Boudon, op. cit., pg. 178.

¹⁴ Como se depreende da exposição do exemplo, os modelos deterministas, incluem aqueles enunciados em termos de proposições probabilistas. Talvez, para não haver confusão, deversem ser chamados "modelos causais".

¹⁵ Boudon, op. cit., pg. 178.

sinais de farol que não aceitaria ceder a vez e renunciar à pista central. . . o acidente é. . . explicado por um esquema no qual as intenções dos atores e a representação que têm dos meios próprios à realização dessas intenções desempenham um papel essencial. O jornalista julgou útil precisar também a natureza da estrada (três pistas) na qual ocorreu o acidente. Isso era indispensável, pois os dois motoristas não poderiam ter feito isto que a teoria dos jogos chama de "jogo do frango" numa estrada de duas ou quatro pistas. Em outros termos, a estrutura rodoviária é analisada como tendo tornado possível o comportamento dos dois motoristas. Certamente, nada os obrigava a cair na absurda armadilha do jogo do frango. Mas, uma vez que se constatou o acidente, para explicá-lo basta compreender que a estrutura rodoviária lhes permitia entrar nesse jogo, e admitir que sua intenção nos instantes que precederam o acidente era de fazer o outro ceder."¹⁶ ¹⁷

Como não poderia deixar de ser, somente as ciências sociais trabalham com modelos interacionistas. Não o fazem, porém, exclusivamente com tal tipo de modelos: como veremos abaixo, nas ciências sociais também a espaço para modelos deterministas ou, ao menos, para modelos interacionistas que incluam elementos deterministas.

Depois da definição e exemplificação didática, Boudon prossegue examinando os diversos modelos interacionistas das ciências sociais, com exemplos detalhados. Antes, porém, procede a uma classificação dos mesmos, mediante 3 perguntas. Cada uma dessas perguntas tem 2 respostas (sim ou não). Disso resultam 8 modelos, logicamente falando. Mas, mediante adequada agregação, Boudon reduz tudo a 4 modelos típicos.

A primeira pergunta classificatória é a seguinte: as intenções, os interesses, as "preferências" enfim, dos atores são variáveis independentes, fatos triviais que não requerem explicação dentro do modelo?

A segunda pergunta é: os atores, ao agirem no sentido de realizarem suas intenções, o fazem independentemente uns dos outros, caracterizando um "estado natural" ("cada um por si", todos contra todos")?

Finalmente, a terceira pergunta é: elementos anteriores à ação são relevantes na explicação do comportamento dos atores? A resposta negativa

¹⁶ Boudon, op. cit., pgs. 178-9.

¹⁷ O autor reconhece que, para corresponder estritamente à generalidade de sua definição, estes modelos deveriam ser chamados de "acionistas". Porém, para não cunhar mais um neologismo, manteve a designação de modelos interacionistas.

a esta pergunta caracteriza modelos interacionistas puros. Por outro lado, a resposta positiva introduz elementos deterministas nos modelos de interação.

De posse de todos estes elementos metodológicos, estamos afinal em condições de analisar o tipo de teorização dos nossos autores.

3c.

Começemos por Keynes. Ele, no meu entender, sustenta toda a sua argumentação no primeiro tipo de modelos analisado por Boudon, um modelo interacionista puro. Nele, temos um "sim" à primeira pergunta (portanto, os atores tem intenções triviais, que não exigem maiores explicações, constituindo-se em variáveis independentes); um "sim" à segunda pergunta (portanto, a situação é de "estado natural", cada indivíduo age independentemente da ação dos demais); e "não" à terceira questão (portanto, elementos anteriores à ação não entram na explicação).

Este tipo de modelo caracteriza-se pelo fato de que, embora a ação de cada indivíduo seja compatível e adequada para a colimação das suas intenções, surgem, via "efeitos de composição", pela agregação das ações individuais, resultados perversos que frustram a todos e cada um dos agentes.¹⁸

Vejamos alguns exemplos "keynesianos". Em "Como pagar a Guerra" (1940)¹⁹, lemos:

"Quer dizer: em tempo de paz, o tamanho do bolo depende do volume de trabalho realizado; mas em tempo de guerra, o tamanho do bolo é fixo. Se trabalhamos mais, podemos lutar melhor. Mas devemos deixar de consumir mais.

O fato elementar é que, numa democracia, o homem comum deve aprender a compreender, se se espera que a nação aja com sabedoria, que o tamanho do bolo é fixo.

O que decorre disto?

De maneira ampla, isso significa que o público, como um todo, não pode aumentar seu consumo pelo aumento de suas receitas mo-

¹⁸ Incidentalmente, cabe mencionar aqui que Boudon denomina este tipo de modelo de "marxiano" (aqui, este termo é usado em vez de "marxista", de modo a salientar os aspectos formais da teoria de Marx, e não seu conteúdo). Segundo Boudon, em "O Capital", Marx emprega muitas vezes este tipo de modelo; p. ex.: no caso da lei de baixa tendencial da taxa de lucro

¹⁹ Trata-se de um pequeno livro de Keynes e que, em português, é publicado parcialmente na Seleção de Textos organizada por T. Szmrecsányi SP, Ed. Ática, 1978 (texto 13)

netárias. Todavia, a maioria tenta aumentar sua receita na crença de poder assim aumentar o seu consumo — o que é usualmente verdadeiro. De fato, em certo sentido, isto ainda é verdadeiro. Pois cada indivíduo pode aumentar sua participação no consumo se tiver mais dinheiro para gastar. Mas, como o tamanho do bolo é fixo e não elástico, só pode fazê-lo em detrimento de outras pessoas.

Assim, o que é esta vantagem para cada um, visto como indivíduo isolado, constitui desvantagem para cada um, visto como membro da comunidade. Se todos gastam igualmente mais, ninguém se beneficia. Aqui está a oportunidade ideal para um plano comum e para a imposição de uma regra que todos devem obedecer. Como espero demonstrar, por meio deste plano, o pequeno e o grande assalariado poderiam consumir tanto quanto antes e, além disso, ter no banco reservas de dinheiro para seu proveito e segurança futuros, as quais, de outra forma, pertenceriam à classe capitalista.”

Na “Teoria Geral” (1936)²⁰ também temos análises deste tipo. Um exemplo: o segundo argumento contra o segundo postulado da teoria clássica dos salários, no Cap. 2. Outro exemplo: o “paradoxo da frugalidade” no Cap. 7. Finalmente, ainda na “Teoria Geral”, toda a análise das flutuações da renda pelas oscilações do investimento, sustenta-se neste tipo de modelagem. De fato, a abstenção de investir por parte de um empresário, em virtude de uma avaliação pessimista de suas perspectivas, pode ser um ato bem sucedido no sentido de se proteger de riscos; mas, uma queda generalizada do investimento, em virtude de expectativas pessimistas globais que reduzem a eficiência marginal do capital, pode conduzir, via multiplicador, a uma tal redução da atividade econômica global que acaba por não proteger a ninguém dos riscos que procurava evitar.

Este tipo de argumentação tem duplo papel no pensamento keynesiano. Em primeiro lugar, constitui o arcabouço teórico de crítica científica ao otimismo do “laissez-faire” e da “mão invisível”, crítica essa iniciada formalmente — mas de forma não muito bem sucedida — com o ensaio “O Fim do Laissez-Faire”²¹. É claro que Keynes irá reconhecer a existência de mecanismos reequilibradores a longo prazo²², mas tem sobre isto uma opinião muito definida:

²⁰ Keynes, J.M.: A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. SP, Atlas, 1982.

²¹ Texto 6 da Seleção de Textos mencionada na nota 19.

²² V., p. ex., “A Teoria Geral do Emprego” (1937), um magistral resumo da obra maior. É o texto 11 da Seleção de Textos mencionada na Nota 19.

“Mas, isto de “a longo prazo” é um guia errôneo para os assuntos correntes. “A longo prazo” estaremos todos mortos. Os economistas se atribuem a si mesmos uma tarefa fácil demais, inútil demais, se nos momentos de tempestade a única coisa que nos podem dizer é que quando passe a tempestade o oceano voltará à sua tranquilidade.”²³

Em segundo lugar, constitui o fundamento operacional “para os possíveis aperfeiçoamentos na técnica do capitalismo moderno, por meio da ação coletiva”, ²⁴ tanto para tratar dos problemas da depressão (em “A Teoria Geral. . .”) como da inflação (de demanda) (em “como Pagar a Guerra”).

Antes de passarmos ao segundo autor, uma pequena digressão sobre o tipo de modelo até aqui examinada. Este tipo de modelo, do qual, pelo que vimos, Marx e Keynes foram pioneiros, é hoje corriqueiro. No arraial neoclássico, a teoria das externalidades e da poluição, a análise dos problemas de congestionamento e de depleção dos recursos naturais, bem como a teoria dos bens públicos, são todas baseadas nele. Por outro lado, a teoria de Mancur Olson, sobre a Lógica da Ação Coletiva²⁵, também está apoiada nele.

3d.

Passemos, agora, a Schumpeter. Para os fins a que nos propusemos neste trabalho, a fração relevante da obra é o livro “Capitalismo, Socialismo e Democracia”²⁶, especialmente a Parte II (“Poderá sobreviver o Capitalismo?”).

No esquema classificatório de Boudon, nosso autor deve ser enquadrado no quarto e último modelo típico delineado. Neste modelo, temos a resposta “sim” à terceira pergunta (i.é, são relevantes elementos anteriores ao comportamento atual dos agentes), não importando a resposta às outras duas perguntas. Boudon designa este paradigma — que inclui, portanto, elementos deterministas — de “weberiano”. Temos, pois, um caso em que a “história conta”. Visto que no caso da análise schumpeteriana do capitalismo, estamos frente a um modelo que conta com elementos causais que se

²³ Frase citada por Harrod. V. Harrod, R.: La Vida de John Maynard Keynes. México, FCE, 1956.

²⁴ “O Fim do Laissez-Faire”. V. Nota 21.

²⁵ A teoria de M. Olson serve, justamente, como um dos exemplos que Boudon nos dá de modelos “marxianos”. Para uma boa e mais ampla exposição, v. Mc Kenzie, R. B. & Tullock, G.: *Modern Political Economy*. N.Y., McGraw-Hill, 1978. Cap. 6.

²⁶ Schumpeter, J.A.: *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. RJ. Fundo de Cultura, 1961.

desdobram ao longo de períodos históricos de considerável duração, que devem ser penosamente descritos e qualificados, é simplesmente impossível mencionar “exemplos” ou fazer citações muito específicas. Para se visualizar o “modelo schumpeteriano” é preciso percorrer suas 130 páginas²⁷. Não há outro caminho. Mas pode-se afirmar que o panorama vislumbrado vale a pena. Assim sendo, vamos contentar-nos em destacar os aspectos absolutamente essenciais e suficientes para dar um sabor da metodologia schumpeteriana.

Começemos com uma citação:

“O impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista.

Como vimos no capítulo anterior, os itens do orçamento do operário, digamos de 1760 a 1940, não cresceram de maneira simples ao longo de linhas invariáveis, mas sofreram também um processo de transformação qualitativa. Similarmente, a história da aparelhagem produtiva de uma fazenda típica, desde os princípios da racionalização da rotação das colheitas, da lavra e da engorda do gado até a agricultura mecanizada dos nossos dias — juntamente com os silos e as estradas-de-ferro — é uma história de revoluções, como o é a história da indústria do ferro e do aço, desde o forno de carvão vegetal até os tipos que hoje conhecemos, a história da produção da eletricidade, da roda acionada pela água, ou a história dos meios de transporte, que se estende da antiga carruagem ao avião que hoje corta os céus. A abertura de novos mercados, estrangeiros e domésticos, e a organização da produção, da oficina do artesão a firmas, como a U. S. Steel servem de exemplo do mesmo processo de mutação industrial — se é que podemos usar este termo biológico — que revoluciona incessantemente a estrutura econômica a partir de *dentro*, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos. Este processo de destruição criadora é básico para se entender o capitalismo. É dele que se constitui o capitalismo e a ele deve se adaptar toda empresa capitalista para sobreviver.”²⁸

²⁷ Um esforço meritório de resumir a teoria de Schumpeter está em Carson, R.: *Comparative Economic Systems*. N.Y., Macmillan, 1973. Cap. 13. E esta exposição tem a vantagem adicional de se fazer em paralelo a uma exposição da teoria marxista do desenvolvimento capitalista.

²⁸ Schumpeter, J.A.: op. cit., pgs. 105-106.

Agora bem, este processo de "Destruição Criadora", verdadeiro motor da história da civilização capitalista, tem uma primeira consequência: as inovações tecnológicas sucessivas e inerentes ao processo vão criando empresas cada vez mais complexas e de maior porte (economias de escala), com a conseqüente formação de monopólios e oligopólios naturais. Este processo, por sua vez, dá origem a dois fenômenos muito específicos. De um lado, os empresários individuais dos primórdios do sistema capitalista vão dando lugar às burocracias gerenciais das grandes empresas, muito menos propensas a correr riscos ou defender posições. De outro lado, os gigantescos aumentos de produtividade, possibilitando um maior bem-estar e um clima de mais ampla tolerância, viabilizam uma crescente e grande indústria da educação que, por sua vez, gera uma "intelligentsia" que se afasta do, e tem mesmo crescente hostilidade ao, sistema capitalista. Está montado assim um cenário no qual, via conflito entre a classe capitalista e a classe intelectual, se assistirá à derrocada do capitalismo e a sua substituição pelo socialismo.

3e.

A esta altura da exposição, um leitor atento, mas algo impaciente, poderá estar se fazendo a pergunta: Mas, afinal, serve para alguma coisa todo este esforço classificatório, mediante o qual segregamos os autores conforme o "sim" ou o "não" a um certo número de perguntas? Penso que sim, e vou concluir este segmento epistemológico do trabalho tentando argumentar nesse sentido.

Em primeiro lugar, há um argumento importante, que o próprio Boudon destaca: o esquema classificatório proposto ajuda a descobrir isomorfismo entre modelos de diversos campos das ciências sociais (economia, inclusive), com a conseqüente possibilidade de transferência de conhecimentos e as economias de esforço de aprendizado. O leitor que tiver alguma noção de matemática moderna (estruturas algébricas, principalmente), pode avaliar perfeitamente o peso deste argumento.

Em segundo lugar — e este é um ponto de particular interesse para nós economistas — este exercício de colocação dos modelos keynesiano e schumpeteriano nos escaninhos adequados me induz a pensar que, dados os fins a que se propuseram, Keynes e Schumpeter trabalharam com modelos trocados!

De fato, para Schumpeter, um "médico que previa a morte do paciente, embora não a desejasse", um modelo do tipo usado por Keynes seria o suficiente. I. é, um modelo em que o conflito entre os atores leva ao co-

lapso é o bastante, sendo a gênese desse comportamento contraditório um refinamento desnecessário, muito embora devamos ser gratos ao autor pelo rastreamento histórico realizado e que pode, eventualmente, ser muito útil para outros fins.

Já no caso de Keynes, acontece justamente o contrário. Para ele, que visava ao “aperfeiçoamento na técnica do capitalismo moderno, por meio da ação coletiva”, a falta de uma análise mais profunda das forças sociais em jogo, principalmente daquela que ele próprio ajudou a reforçar — a intervenção governamental — permite compreender certos pontos fracos do pensamento e da ação de Keynes. Assim, temos o tom superotimista — e, ao longo do tempo, falho — do Cap. 24 e do parágrafo final do Cap. 12 da “Teoria Geral. . .”. Temos, também, as marchas, contramarchas e perplexidades da ação política de Keynes vis-à-vis os 2 partidos ingleses pelos quais nutria simpatia: o Liberal e o Trabalhista²⁹.

4a.

Chegamos, agora, ao segundo tópico da nossa proposta inicial de trabalho: a posição ética e política de Keynes e Schumpeter. Para tanto, vamos fazer inicialmente uma elucidação conceitual importante. Quando o Homem deseja *saber* e, para isso, se utiliza do método científico, da Ciência em sentido estrito, muito poucos são os juízos de valor que precisa invocar para justificar sua atividade e, mesmo esses, são de ampla aceitação, ao menos nos tempos modernos e no ocidente desenvolvido. Mas, quando o Homem deseja intervir no curso dos acontecimentos, quando se coloca na esfera do *fazer*, na esfera da tecnologia enfim, a coisa muda de figura. Neste terreno, o Homem modifica, transforma suas relações com o meio e com os seus semelhantes e, conseqüentemente, entram aí problemas do que seja desejável ou não (ética) e problemas de poder (política): há, portanto, muitos juízos de valor envolvidos, nem sempre suficientemente explícitos. Tem a tecnologia, por conseguinte, um caráter de estuário, onde desembocam várias vertentes: a ciência — porque a tecnologia, embora preceda historicamente a ciência, hoje em dia está cada vez mais impregnada de ciência — a ética e a política.

Tudo isto pode parecer óbvio. Mas, convém ressaltá-lo, dados os mal entendidos correntes. De fato, muita crítica hodierna endereçada à Ciência incide, na verdade, sobre a Tecnologia. Isto é, não sobre a compreensão em

²⁹ Estas vicissitudes estão muito bem descritas ao longo da biografia de Keynes escrita por Harrod (V. Nota 23).

si dos processos naturais ou sociais (Ciência), mas sobre as aplicações desses conhecimentos e dos juízos de valor (éticos e políticos) embutidos nessas aplicações. E, diga-se de passagem, os "cientistas" em geral mais obscurecem do que esclarecem esse caráter de feixe dos problemas da tecnologia, tentando nos mostrar como "ciência" algo que na verdade é "ciência + ética + política"³⁰.

Temos, assim, nos últimos anos, o problema da fissão atômica e os usos da energia liberada, da genética versus a engenharia genética, da ecologia versus desenvolvimento, etc. Como não poderia deixar de ser, toda essa escamoteação, toda esta perda de nitidez, pela qual se pretende tornar cada vez mais "científico" um campo que não é somente abarcável pelo método da ciência, teve reflexos profundos na Economia. A velha "Economia Política" transforma-se na "Econômica", a Economia do Bem-Estar — reduto privilegiado dos juízos de valor na economia — pretende-se quase uma ciência positiva, despojada de asserções valorativas, como se nas melhorias reais e potenciais de Pareto e no Princípio de Compensação, por exemplo, não estivessem implícitos juízos de valor relativamente fortes, provenientes da ética utilitarista³¹.

Toda esta discussão serve para esclarecer duas coisas. Em primeiro lugar, dentro da distinção feita, deve-se dizer claramente que Keynes e Schumpeter foram, sem dúvida, cientistas, homens que usaram sua mente e forjaram instrumentos para compreender o que se passava no sistema social em que estavam imersos. Mas, foram também (e, talvez no caso de Keynes, acima de tudo) tecnologistas, homens que desejavam intervir ativamente no processo. Em segundo lugar, deve-se dizer que, na tentativa de intervir na realidade, fizeram-no, cada um à sua maneira, na defesa do sistema capitalista; sempre, porém, com juízos de valor explícitos, jogando aberto, sem nada

³⁰ Uma discussão verdadeiramente clarividente desta questão acha-se em: BUNGE, M.: *Epistemologia — Curso de Atualização*. SP, EDUSP, 1980. Cap. 13: "Tecnologia e Filosofia".

³¹ A bem da verdade, esta tendência mistificadora apresenta hoje sinais de saudável refluxo. Dentro da própria corrente neoclássica de pensamento em economia cabe destacar dois autores, por sua importância: Richard Musgrave e Ezra Mishan. V.:

MUSGRAVE, R. & P. MUSGRAVE: *Public Finance in Theory and Practice*. N.Y., McGraw-Hill, 1980 (3a. ed.). Caps. 5 e 6.

MISHAN, E. *Introduction to Normative Economics*. London, Oxford University Press, 1981.

Esta última obra, escrita em 1977, embora publicada em 1981, é a meu ver, até a data, o mais potente libelo contra a confusão reinante entre economia (ciência) e economia aplicada (tecnologia). É realizada não por um "outsider", mas por um dos mais renomados "insiders" da economia neoclássica, sintetizando 30 anos de escritos na área da Economia do Bem-Estar e da Análise de Custo-Benefício.

dessa confusão pretensamente “científica” de autores e textos mais modernos da economia ortodoxa.

4b.

Esta visão de tecnologista transparece logo no início da análise que Schumpeter faz do capitalismo. Ele se compara a um médico, personagem que é, sabidamente, um tecnologista por excelência, alguém que intervém e modifica o curso das coisas, alguém que “cura” enfim. Porém, logo, logo uma advertência: ele é um médico que prevê a morte do paciente, muito embora não a deseje. E, ao longo das 130 páginas seguintes, uma segunda advertência: o excesso de medicamentos, de intervenção, está matando o paciente ainda mais aceleradamente. A prescrição implícita é clara: se quisermos aumentar as chances de sobrevivência do paciente, temos que deixá-lo livrado a seus próprios meios, não intervir, deixar que as coisas fluam naturalmente. Em termos de sistema econômico, isto significa uma tentativa de estruturação dos velhos bons tempos, dos tempos heróicos do capitalismo do “capitão de indústria” e do “empresário inovador”. Envolvendo tudo isto, uma capa de admiração pela sociedade de capitalista, como o mais alto ponto da evolução da humanidade.

É claro que esta prescrição de não intervenção não colhe adeptos em grande escala, nem mesmo entre segmentos ditos conservadores. Perde confiança o médico que recomenda a retirada de medicamentos em vez de prescrevê-los em maior quantidade. E, desta maneira, Schumpeter torna-se cada vez mais um “scholar”, não participando ativamente de partidos políticos e de atividades jornalísticas e de política econômica. Mas isto não deve obscurecer o fato de que Schumpeter tinha uma visão tecnológica, de engenharia social, e não puramente científica, contemplativa, do sistema em que vivia.

Já com Keynes, as coisas se passam de modo diferente. Desde logo, diga-se que Keynes tinha também uma visão tecnológica. Porém, mais prosaica que a de Schumpeter, tanto que não se comparava a um médico. ... mas a um dentista. Aliás, esta visão “obturatória” de sua atividade e da dos demais economistas, está na raiz de muitas críticas a ele dirigidas e já foi questionada no segmento anterior do trabalho, quando falávamos do enfoque epistemológico que preside seus trabalhos. De qualquer modo, seja qual for a opinião que tenhamos a respeito do sucesso desta atividade de “conserto” do capitalismo empreendida por Keynes, parece-me que não devem pai-

rar grandes dúvidas sobre os fatores que a motivaram: a educação familiar, a formação em Cambridge e a participação no Bloomsbury Group.

Sendo mais conhecidos os itens primeiro e terceiro, detenho-me no segundo, que tem grande importância aqui. Nos seus tempos de formação em Cambridge, e para o resto de sua vida, Keynes foi influenciado por um dos maiores expoentes da Universidade de Cambridge, e um líder inconteste na época: o filósofo G. E. Moore. E Moore era justamente. . . um filósofo da ética, da corrente hoje chamada intuitivista³². Para Moore, o supremo bem atingível pelo Homem neste mundo consistiria na “fruição das coisas belas” e no “prazer das relações humanas”, não tendo o prazer sensível (luxúria, p. ex.) grande cotação no contexto do seu pensamento. Esta ética, que esquece muitas coisas (como as “qualidades da vida de ação”, segundo Keynes) e leva a alguns paradoxos (como Harrod ilustra), está a léguas de distância de uma ética igualitarista, mas ao valorizar o indivíduo, e a todos os indivíduos, tem conseqüências sociais e políticas não desprezíveis. A meu ver, todo o combate ao desemprego e à pobreza feito por Keynes, e espesso nos seus diversos escritos, está impregnado por esta visão de luta contra a degradação humana inerente às situações apontadas, situações essas que eram vistas com uma complacência abjeta pelos economistas da velha escola, como se se tratasse de fatos naturais da vida. Keynes, simplesmente, tinha aversão — e, para mim, uma aversão ética — a isto (V. nota 23).

Aproveito aqui para fazer um parêntese que se me afigura esclarecedor. Se me perguntarem se há algum economista moderno que grave em torno de semelhantes idéias éticas, não hesitaria em responder: sim, J. K. Galbraith. Normalmente, este autor é associado a Schumpeter, inclusive por ser sucessor deste na cátedra de Harvard, mas isso é verdade apenas no terreno da elaboração científica: de fato, o papel da grande empresa, a tecnologia, etc, tem raízes schumpeterianas. Porém, Galbraith, como homem de ação (economista, político, diplomata) é Keynes e não Schumpeter. Quem assistiu a um recente programa de televisão em que ele era o entrevistado, deve ter percebido as observações dele sobre a arte como o futuro do desenvolvimento e sobre o acréscimo de liberdade que significa o fato de poder consumir mais, para ele uma liberdade tão importante quanto a

³² Esta influência está bem documentada na biografia de Keynes por Harrod (V. Nota 23) e na autobiografia de Bertrand Russel, também aluno de Cambridge, mas de uma geração anterior a Keynes. V.:

RUSSEL, B.: Autobiografia de Bertrand Russel, 1872-1914 (v. 1) RJ, Civilização Brasileira, 1967.

Uma amostra do pensamento de Moore aparece na Coleção “Os Pensadores” da Abril Cultural.

Aproveito esta oportunidade para agradecer ao meu colega Rivo P. Prates, um estudioso de filosofia, matemática e muitos outros assuntos, que muito me auxiliou nesta parte do trabalho.

liberdade política. Tudo isto pode parecer algo enigmático. Mas, tenho para mim, que isto é puro Keynes e, via Keynes, arrisco-me a dizer, G. E. Moore.

4c.

O itinerário intelectual e político de Keynes é tão fascinante que me parece merecer um parágrafo adicional. No segmento epistemológico do nosso trabalho, já fizemos, através de R. Boudon, uma ponte entre Keynes e Popper. Pois, agora, neste segmento, vamos tentar estabelecer uma conexão mais direta ainda entre os dois.

Durante a II Guerra Mundial, refugiado na Nova Zelândia, Popper escreveu um livro extremamente importante: "A Sociedade Aberta e seus Inimigos"³³. No primeiro volume, paralelamente a um verdadeiro trabalho de "demolição" da filosofia platônica, como precursora da praga tecnológica moderna — performance pela qual foi, é e será sempre, virulentamente criticado pelos admiradores de Platão — Popper constrói, como que em contrapon-to, toda uma filosofia essa diretamente derivada de sua teoria do conhecimento. Não é o lugar, aqui, para tentar nem sequer dar uma pálida idéia desta construção erigida sobre os escombros da filosofia platônica³⁴. Mas, três pontos merecem destaque.

Em primeiro lugar, a tese principal: o anti-historicismo. Para ele, o devir histórico não tem uma trajetória predeterminada que possa ser desvendada por qualquer ciência social, e de cujo conhecimento se possa tirar proveito no sentido de aliviar as dores do parto. Há, em troca, a postulação de uma visão "convencional" da História, baseada numa teoria do contrato social que remonta não a Hobbes, como poderia parecer, mas a Licofronte, um filósofo grego. Em segundo lugar, há uma discussão ímpar sobre o tema individualismo versus coletivismo e da falsa associação que se faz entre individualismo e egoísmo e entre altruísmo e coletivismo.

Finalmente, como corolário de toda a discussão, a defesa de uma engenharia social gradual, com a conseqüente recusa de qualquer Utopia: o avanço da história deve-se dar pela luta contra problemas específicos, e não por mudanças radicais e globais na estrutura social³⁵.

³³ POPPER, K.: A Sociedade Aberta e seus Inimigos. B.H., Ed. Itatiaia, 1974.

³⁴ Ou, para não tomarmos partido num debate para o qual não estamos preparados, nem é relevante aqui: sobre os escombros do que Popper julga ser a filosofia platônica.

³⁵ Esta tese de Popper deu origem, entre outros, ao "incrementalismo disjuncto", de Lindblom e Braybroke. V.:

LINDBLOM, C. & BRAYBROKE, R.: Uma Estratégia de Decisão Social. Rio, Zahar, 1968.

Esta tese, também, é o fundamento da atual social-democracia alemã.

Agora, bem. — No meu entender — e esta é a segunda ponte que estabelecemos — Keynes é um personagem de ação popperiana por excelência. Suas investidas contra o padrão-ouro, na década de 20, e contra a estupidéz do desemprego, na década de 30, bem como a crítica implacável à defesa complacente que a ortodoxia econômica fazia dessas “instituições” — defesas rançosamente mecanicistas e, portanto, historicistas — são mostras de um saudável “convencionalismo”: as instituições são convenções, nada têm de sagrado ou imanente ao devir histórico. São fruto da ação do Homem, e pela ação do Homem podem ser transformadas.

Além do mais, há em Keynes uma visão nítida de que uma sociedade individualista pode ser salva mediante escoras adequadas que a impeçam de descambar para a pura e simples “seleção natural” (darwinismo social) e o eventual colapso. Não é preciso abolir o individualismo para construir uma sociedade melhor. Há uma ética e uma “ação coletiva” (política) compatíveis com uma melhoria social, sem necessidade de se fazer “tabula rasa” do que o individualismo representou e representa para a sociedade ocidental. Estão aqui, entremesclados, os elementos de defesa de uma sociedade individualista e cuja evolução se dê através de passos graduais de engenharia social.

5.

Para finalizar, um último cotejo entre os ilustres personagens aqui analisados. Ambos foram professores. E em duas das mais renomadas universidades do planeta. Aqui, entretanto, acabam as semelhanças. Keynes foi professor em Cambridge, Inglaterra. Mas foi um tipo muito especial de professor. Reuniu em torno de si um grupo de eleitos, escolhidos a dedo, que além de seus discípulos, foram seus colaboradores no burilamento de sua obra. Basta nomear os mais ilustres dentre eles para se entender isto: R. F. Kahn (o formulador da teoria do multiplicador), Roy Harrod, Joan Robinson. Keynes foi, sem dúvida, um mestre, mas o mestre de uma missão quase apostólica. Schumpeter foi professor em Harvard. Mas, em vez de reunir acólitos, por mais brilhantes e promissores que fossem, fez-se admirar e foi rodeado justamente por muitos e muitos alunos cujos ideais diferiam profundamente dos do mestre. E que se reuniam em torno dele por suas qualidades ímpares de professor: sua fantástica erudição, jamais igualada, a capacidade de ouvir e estimular, a modéstia em relação às suas próprias contribuições ao edifício da ciência econômica. Um desses discípulos recorda e resume tudo

isso numa frase muito especial: "Para ele (Schumpeter) não interessava o que pensássemos. . . desde que pensássemos". Se existe elogio maior que possa ser feito a um mestre universitário, a qualquer mestre, eu sinceramente desconheço.